

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS*
RESTRITOS DA OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**

celebrada em 10 de maio de 2011

por

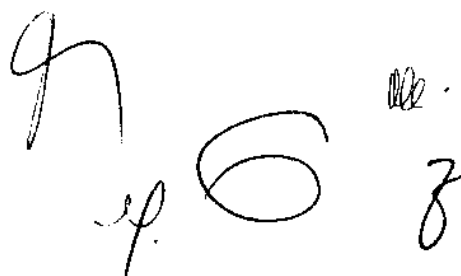
OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.,
como Emissora;

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
como Agente Fiduciário;

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA., e
CELSO ANTONIO FRARE,
como Garantidores;

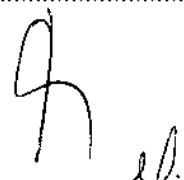


e

LIA NARA QUEIROZ FRARE
como Cônjuge Anuente.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document. There are three distinct marks: a large stylized 'J' or 'G' signature, a signature that appears to be 'sp.' followed by a large 'O' or '6', and a signature that appears to be 'Mk.' followed by a stylized 'Z' or '8'.

ÍNDICE

CLÁUSULA I	AUTORIZAÇÃO	4
CLÁUSULA II	REQUISITOS	4
2.1.	DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS.....	4
2.2.	ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS.....	5
2.3.	INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO	5
2.4.	REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA	5
2.5.	REGISTRO DAS GARANTIAS:.....	6
2.6.	ENTREGA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:.....	6
CLÁUSULA III	CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO	6
3.1.	SÉRIES.....	6
3.2.	VALOR TOTAL DA EMISSÃO.....	6
3.3.	NÚMERO DE SÉRIES E QUANTIDADE DE DEBÊNTURES	6
3.4.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS.....	6
3.5.	NÚMERO DA EMISSÃO	7
3.6.	BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR	7
CLÁUSULA IV	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
4.1.	COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO	7
4.2.	DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES	8
4.3.	VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES.....	8
4.4.	FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES	9
4.5.	ESPÉCIE.....	9
4.6.	PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	12
4.7.	PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO.....	13
4.8.	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	13
4.9.	REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES	15
4.10.	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO.....	18
4.11.	VENCIMENTO ANTECIPADO	19
4.12.	PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO	26
4.13.	RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	26
4.14.	MULTA E JUROS MORATÓRIOS	27
4.15.	DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS.....	27
4.16.	LOCAL DE PAGAMENTO	27
4.17.	PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS	28
4.18.	PUBLICIDADE	28
4.19.	REPACTUAÇÃO	28
4.20.	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	28
4.21.	Restituição de Recursos	28
CLÁUSULA V	OBRIGAÇÕES DA EMISSORA	29
CLÁUSULA VI	AGENTE FIDUCIÁRIO	33
CLÁUSULA VII	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	40
CLÁUSULA VIII	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES	42
CLÁUSULA IX	NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	44
CLÁUSULA X	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	46
CLÁUSULA XI	FORO.....	47

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.

Pela presente "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição com Esforços Restritos da Ouro Verde Transporte e Locação S.A." (respectivamente, a "Escritura", e a "Emissão" ou a "Oferta"),

na qualidade de emissora,

- (i) **OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 75.609.123/0001-23, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (a "Emissora" ou a "Companhia");

na qualidade de agente fiduciário,

- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (o "Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da Emissão (os "Debenturistas") (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como "Partes" e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma "Parte");

na qualidade de intervenientes anuentes à Emissão,

- (iii) **CELSO ANTONIO FRARE**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 514.936-3 SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 027.396.159-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, na qualidade de garantidor fidejussório da Emissão ("Celso Frare");

- (iv) **NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Kalinowski, nº 170 - CIC, CEP 81.350-250, inscrita no CNPJ sob o nº 10.702.118/0001-15, neste ato devidamente representada na forma do seu Contrato Social ("Novo Oriente" e, em conjunto com Celso Frare, os "Garantidores"); e, ainda,

exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III, do Código Civil (conforme definido abaixo),

- (v) **LIA NARA QUEIROZ FRARE**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 877.899 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 872.511.679-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000 ("Cônjuge Anuente"),

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 3 de maio de 2011 (a "**AGE da Emissora**"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "**Lei das S.A.**").

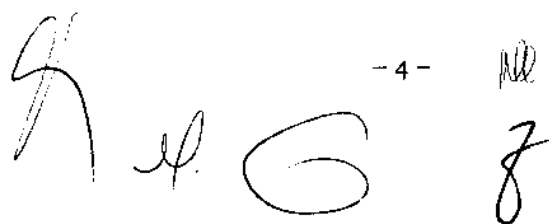
1.1.1. A Emissora tem por objeto social a exploração das seguintes atividades: (i) serviços de transporte rodoviário de cargas municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais, inclusive de produtos perigosos; (ii) serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM; (iii) atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados nas alíneas anteriores, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e, armazéns gerais; (iv) locação de veículos e equipamentos; (v) serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, Municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; (vi) prestação de serviços e execução de obras de engenharia civil, inclusive as relacionadas a limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos, comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis; o transporte e armazenagem de saneantes domissanitários; (vii) prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo com finalidade exclusiva de acordo com a legislação vigente para o sistema de aviação civil; (viii) reciclagem de vidros; (ix) prestação de serviços de corte e colheita de cana; (x) prestação de serviços de carga e descarga, com locação de mão-de-obra e equipamento de movimentação ao contratante; (xi) coleta de resíduos não-perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc., bem como limpeza urbana; coleta de materiais recuperáveis; coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas; coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.); coleta de óleo usado recolhido em tambor armazenado junto com o reciclável; coleta de resíduos biológicos perigosos; e coleta de lixos hospitalares; e (xii) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

1.2. Para os fins do item 4.5 abaixo, a celebração desta Escritura pela Novo Oriente foi autorizada pela Reunião de Sócios da Novo Oriente realizada em 3 de maio de 2011 ("**RS-Novo Oriente**"), nos termos do respectivo Contrato Social, e cuja ata será submetida a registro perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("**JUCEPAR**").

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (a "**CVM**"), nos termos dos artigos 1º, inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM nº



476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (respectivamente, a "ICVM 476/09" e a "Oferta Restrita").

2.1.2. A Emissão também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, foi devidamente protocolada para registro perante a JUCEPAR, sob o nº 11/111373-3, em 3 de maio de 2011, e será publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Valor Econômico edição nacional de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das S.A.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura, seus eventuais aditamentos (os "Aditamentos"), e atas de assembleias gerais de debenturistas serão registrados na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das S.A.

2.3.2. Adicionalmente, para todos os fins e efeitos legais, no que se refere à garantia fidejussória criada nos termos da Cláusula 4.5 abaixo, esta Escritura e seus eventuais Aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Curitiba e Rio de Janeiro.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

2.4.1. As Debêntures (conforme definido abaixo) serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures estarão sujeitas aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando custodiadas eletronicamente no SND.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da ICVM 476/09 (os "Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição e/ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme o caso, de acordo com o artigo 13 da ICVM 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações estabelecidas pelo artigo 17 da ICVM 476/09.

2.5. REGISTRO DAS GARANTIAS:

- 2.5.1. As Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo) deverão ser registradas, na forma prevista nos Documentos das Garantias (conforme definido no item 4.5.3 abaixo), nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme aplicável.

2.6. ENTREGA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

- 2.6.1. Recebimento, pelo Agente Fiduciário, das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, auditadas por qualquer um dos Auditores Independentes (conforme abaixo definido).

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

- 3.1.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

- 3.2.1. O valor total da Emissão (o "**Valor Total**") será de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo alocado entre cada série compreendida na presente Emissão da seguinte forma:

- (i) R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para as Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo); e
- (ii) R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para as Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo);

3.3. NÚMERO DE SÉRIES E QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

- 3.3.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries (conjuntamente denominadas como "**Séries**" e, cada qual, individualmente como uma "**Série**"), cujas condições são desde já estabelecidas nesta Escritura.

- 3.3.2. Serão emitidas 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) Debêntures, divididas em 2 (duas) Séries, sendo: (i) 150.000 (cento e cinquenta mil) ("**Debêntures da 1ª Série**"); e (ii) 15.000 (quinze mil) ("**Debêntures da 2ª Série**" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, são doravante definidas simplesmente como as "**Debêntures**").

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

- 3.4.1. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para: (i) o reforço de liquidez e alongamento da estrutura de capital de giro da Emissora; e (ii) a integralização do CDB Cedido Fiduciariamente (conforme definido abaixo).

- 6 -

Handwritten signatures and initials: "H", "M", a large circle, and "8".

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. Esta Escritura representa a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.6.1. O banco mandatário da Emissão e instituição depositária das Debêntures será o **Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara S/N, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 ("**Banco Mandatário**" e "**Agente Escriturador**").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita e destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09 e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição com Esforços Restritos da Ouro Verde Transporte e Locação S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**").

4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do (i) **BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º andar, CEP: 04538-905, inscrita no CNPJ sob o nº 34.111.187/0001-12 ("**BESI**" ou "**Coordenador Líder**"); (ii) **HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar, CEP: 01451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 58.229.246/0001-10 ("**HSBC**"); e (iii) **Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 14º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 33.987.793/0001-33 ("**CS**" e, em conjunto com o BESI e o HSBC, os "**Coordenadores**", cada qual, um "**Coordenador**"), ressalvada a possibilidade de outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários aderirem à Oferta Restrita na condição de coordenadores.

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1 acima, no âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

-7-    

- 4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo).
- 4.1.5. As Debêntures serão subscritas pelo VNU (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data de sua efetiva subscrição e integralização, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores da Oferta Restrita, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures, ficando ressalvado que: (i) o ágio ou deságio será o mesmo para todos os Investidores Qualificados que subscreverem e integralizarem Debêntures da mesma Série na mesma data; e (ii) o ágio ou deságio aplicável à colocação de uma Série poderá diferir do ágio ou deságio praticado na colocação da outra Série. Adicionalmente, não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 4.1.7. Os Coordenadores serão responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures no limite da garantia firme de colocação prestada por cada Coordenador com relação às Debêntures que não forem subscritas e/ou integralizadas no âmbito da Oferta no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de início de distribuição de cada Série.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

- 4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de maio de 2011 (**Data de Emissão**).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

- 4.3.1. Cada uma das Séries compreenderá o seguinte valor nominal unitário: (i) o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série será R\$1.000,00 (mil reais) por Debênture da 1ª Série (**Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série**); e (ii) o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série será R\$1.000,00 (mil reais) por Debênture da 2ª Série (**Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série**), sendo que, conjuntamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série serão referidos simplesmente como **Valor Nominal Unitário** ou **VNU**).
- 4.3.2. Adicionalmente ao disposto no item 4.3.1 acima, cada Debenturista deverá subscrever e/ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), consoante o disposto no artigo 4º, inciso II, da ICVM 476/09.

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

- 4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures de cada Série será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador das Debêntures. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome do(s) titular(es) das Debêntures – que servirá de comprovante de titularidade – com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente pela CETIP.

4.5. ESPÉCIE

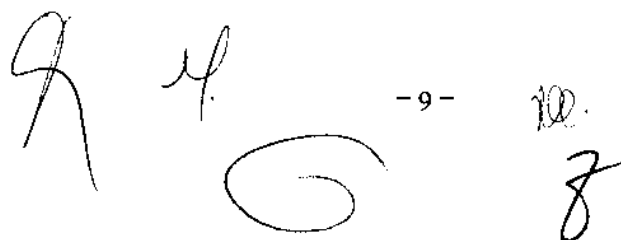
- 4.5.1. As Debêntures de ambas as Séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A., contando, ainda, com garantia fidejussória outorgada pelos Garantidores (as “Garantias”).

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável:

- (i) da totalidade dos direitos da Emissora com relação ao Certificado de Depósito Bancário – CDB de emissão do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, de titularidade da Emissora (“**CDB Cedido Fiduciariamente**”), emitido para aplicação dos recursos representativos de 10% (dez por cento) do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, depositados na Conta Vinculada (C/C) 07506-89, AG 0054, mantida pela Emissora junto ao HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo (na qualidade de instituição depositária (a “**Conta Vinculada**” e a “**Instituição Depositária**”, respectivamente), nos termos do *Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, de natureza fiscal) (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”); e
- (ii) dos direitos creditórios a que a Companhia fizer jus: (a) a título de remuneração por serviços de transporte de carga prestados a determinados clientes; e/ou (b) provenientes de contratos de locação de equipamentos, identificados no **Anexo III** ao Contrato de Cessão Fiduciária (em conjunto, os “**Direitos Creditórios Cedidos**”); e
- (iii) da totalidade dos direitos da Companhia relativos à Conta Vinculada, bem como as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira dela decorrente e os Direitos Creditórios Cedidos.



Adicionalmente, o Contrato de Cessão Fiduciária estabelecerá o valor mínimo dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos que deverão transitar pela Conta Vinculada a cada mês durante o Prazo de Vigência das Debêntures, da seguinte forma:

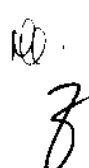
- 9 -



- (a) durante o Período de Carência (conforme definido abaixo): 1,20X (um inteiro e vinte centésimos) multiplicado pela soma do valor de 1 (uma) parcela de pagamento da Remuneração das Debêntures, relativo à totalidade das Debêntures de todas as Séries então em circulação; e
- (b) a partir do término do Período de Carência (conforme definido abaixo): 1,20X (um inteiro e vinte centésimos) multiplicado pela soma do valor de 1 (uma) parcela de pagamento de VNU das Debêntures da 1ª Série e de 1 (uma) parcela de pagamento da Remuneração das Debêntures de todas as Séries, relativo à totalidade das Debêntures então em circulação (em cada período relevante, o valor correspondente ao descrito no item (a) ou neste item (b), conforme aplicável, será o valor do “Crédito Mínimo à Conta Vinculada”);

- 4.5.1.1.1. As Garantias referidas no item 4.5.1.1. acima foram devidamente aprovadas pela Companhia consoante às deliberações tomadas na AGE da Emissora e na RS-Novo Oriente, e serão registradas nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba/PR e da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- 4.5.1.1.2. Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, a Companhia deverá enviar ao Agente Fiduciário cópias autenticadas de cada notificação encaminhada a cada Cliente (conforme definido no item 5.1(b) abaixo) cujos pagamentos devam ser realizados na Conta Vinculada. As cópias autenticadas referidas neste item deverão ser fornecidas ao Agente Fiduciário acompanhadas de aviso de recebimento (AR). Caso, porventura, durante o prazo de vigência das Debêntures haja alteração dos Clientes que devam efetuar seus pagamentos na Conta Vinculada, deverão ser observados os termos do Contrato de Cessão Fiduciária a esse respeito.
- 4.5.1.1.3. Especificamente no tocante aos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, tais Direitos Creditórios Cedidos serão aqueles indicados e caracterizados em seu **Anexo III**, conforme aditado e representando o fluxo de pagamentos, a cada período de 12 (doze) meses, a contar do mês de março de cada ano, até o mês de março do ano seguinte, exceto: (i) em relação ao primeiro período, que corresponderá à quantidade de meses decorridos entre a Data de Emissão e o mês de março de 2012; e (ii) em relação ao último período, que corresponderá à quantidade de meses decorridos entre o mês de março de 2015 e a Data de Vencimento das Debêntures, não poderá ser inferior à estimativa do Crédito Mínimo à Conta Vinculada calculada para cada período, conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 4.5.1.1.4. Sem prejuízo do disposto no item 4.5.1.1.2 acima, a Companhia deverá enviar ao Agente Fiduciário a descrição de quaisquer novos direitos creditórios que



devam passar a ser Direitos Creditórios Cedidos no período de 12 (doze) meses, a iniciar-se, no prazo de até 90 (noventa) dias antes do encerramento do período anterior e formalizar a cessão dos novos Direitos Creditórios Cedidos no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do período anterior.

4.5.1.2. A garantia fidejussória ("**Fiança**") é representada por fiança, concedida pelos Garantidores com a expressa anuência do Cônjuge Anuente que assina a presente Escritura exclusivamente para tal finalidade, nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições dos itens abaixo.

4.5.1.3. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Garantidores prestam solidariamente fiança em favor do(s) Debenturista(s) da 1ª Série e dos Debenturistas da 2ª Série, aqui representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores pelo pagamento de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da presente Escritura, nos termos descritos a seguir:

- (i) os Garantidores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadores e principais pagadores do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário (o "**Valor Garantido**");
- (ii) o Valor Garantido será pago por qualquer dos Garantidores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores nesse sentido, mediante a qual será informada a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos ao(s) titular(es) das Debêntures de todas as Séries a título de VNU, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza. Em tal caso, os pagamentos deverão ser realizados pelo Garantidor aplicável de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP;
- (iii) os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830 e 834 *et seq.*, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o "**Código Civil**") e o artigo 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "**Código de Processo Civil**");
- (iv) os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão;
- (v) cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de

insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;

- (vi) mediante a excussão da Fiança objeto deste item 4.5.1.3 os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos do(s) Debenturista(s) perante a Emissora, conforme aplicável;
- (vii) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 entrará em vigor na Data de Emissão, vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores nos termos deste item 4.5.1.3;
- (viii) os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia do(s) Debenturista(s) de cada Série reunidos em AGD (conforme definido abaixo) de Debenturistas de cada Série;
- (ix) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 foi devidamente consentida de boa fé pelos Garantidores, nos termos das disposições legais aplicáveis; e
- (x) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.5.2. As Partes reconhecem e concordam que as Garantias outorgadas no âmbito da Emissão, compreendendo a garantia real descrita no item 4.5.1 acima e a garantia fidejussória descrita nos itens 4.5.2 e 4.5.3 acima serão compartilhadas entre os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série, *pro rata*, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada Série. Cada Debenturista quer seja da 1ª Série ou da 2ª Série, cuja adesão a esta Escritura e ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) se dá por meio da simples subscrição ou aquisição de uma ou mais Debêntures a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável anui e concorda com o compartilhamento das Garantias nos termos descritos neste item 4.5.1.2, outorgando ao Agente Fiduciário mandato para que exerça todos os direitos inerentes ao exercício e à manutenção de tais Garantias, bem como para o fiel cumprimento da Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária no interesse de todos os Debenturistas de todas as Séries.

4.5.3. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia e pelos Garantidores, com a anuência do Cônjuge Anuente, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, da presente Escritura e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Companhia, os Garantidores, o Cônjuge Anuente, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os "**Documentos das Garantias**").

4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário ("**Preço de Subscrição**"), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão



até a data de sua efetiva subscrição e integralização, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores da Oferta Restrita, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures, nos termos descritos no item 4.1.5 acima.

- 4.6.2. As Debêntures serão integralizadas dentro do prazo de distribuição estabelecido pela ICVM 476/99, e no Contrato de Distribuição, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

- 4.7.1. As Debêntures de cada uma das Séries terão prazo e data de vencimento conforme abaixo, sem prejuízo das disposições do item 4.8 abaixo com relação à possibilidade de haver Amortizações Extraordinárias (conforme definido abaixo) de Debêntures da 1ª Série:

- (i) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 11 de maio de 2016 ("**Data de Vencimento da 1ª Série**"); e
- (ii) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 59 (cinquenta e nove) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 11 de abril de 2016 ("**Data de Vencimento da 2ª Série**").

- 4.7.2. Cada data de vencimento de cada uma das Séries, conforme estabelecidas no item 4.7.1 acima, será denominada indistintamente como uma "**Data de Vencimento**" de Debêntures.

4.8. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

- 4.8.1. Sem prejuízo das disposições dos itens 4.8.1.1 e 4.13.1 abaixo, o VNU das Debêntures da 1ª Série será amortizado após o decurso de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 18º (décimo oitavo mês) – (o "**Período de Carência**"), mediante o pagamento de 42 (quarenta e duas) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que: (i) cada uma das 41 (quarenta e uma) parcelas de pagamento do VNU (ou saldo de VNU) de cada Debênture da 1ª Série será correspondente a 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do VNU (ou saldo de VNU); e (ii) a 42ª (quadragesima segunda) e última parcela de pagamento do VNU (ou saldo de VNU) de cada Debênture da 1ª Série será correspondente a 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) do VNU (ou saldo de VNU) e será paga na Data de Vencimento da 1ª Série. As parcelas de pagamento de VNU (ou saldo de VNU) das Debêntures da 1ª Série são representadas conforme a tabela abaixo:

#	DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DO VNU (OU SALDO DE VNU)
1	11 de dezembro de 2012	2,38%
2	11 de janeiro de 2013	2,38%
3	11 de fevereiro de 2013	2,38%
4	11 de março de 2013	2,38%
5	11 de abril de 2013	2,38%

6	11 de maio de 2013	2,38%
7	11 de junho de 2013	2,38%
8	11 de julho de 2013	2,38%
9	11 de agosto de 2013	2,38%
10	11 de setembro de 2013	2,38%
11	11 de outubro de 2013	2,38%
12	11 de novembro de 2013	2,38%
13	11 de dezembro de 2013	2,38%
14	11 de janeiro de 2014	2,38%
15	11 de fevereiro de 2014	2,38%
16	11 de março de 2014	2,38%
17	11 de abril de 2014	2,38%
18	11 de maio de 2014	2,38%
19	11 de junho de 2014	2,38%
20	11 de julho de 2014	2,38%
21	11 de agosto de 2014	2,38%
22	11 de setembro de 2014	2,38%
23	11 de outubro de 2014	2,38%
24	11 de novembro de 2014	2,38%
25	11 de dezembro de 2014	2,38%
26	11 de janeiro de 2015	2,38%
27	11 de fevereiro de 2015	2,38%
28	11 de março de 2015	2,38%
29	11 de abril de 2015	2,38%
30	11 de maio de 2015	2,38%
31	11 de junho de 2015	2,38%
32	11 de julho de 2015	2,38%
33	11 de agosto de 2015	2,38%
34	11 de setembro de 2015	2,38%
35	11 de outubro de 2015	2,38%
36	11 de novembro de 2015	2,38%
37	11 de dezembro de 2015	2,38%
38	11 de janeiro de 2016	2,38%
39	11 de fevereiro de 2016	2,38%
40	11 de março de 2016	2,38%
41	11 de abril de 2016	2,38%
42	11 de maio de 2016	2,42%
Total:		100%

4.8.1.1. Observado o item 4.8.1 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante notificação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, realizar amortizações extraordinárias limitadas a 90% (noventa por cento) do VNU exclusivamente das Debêntures da 1ª Série, de maneira *pro rata* entre todas as

Debêntures da 1ª Série ("**Amortizações Extraordinárias**"), em consonância com as disposições a seguir:

- (i) por ocasião de cada Amortização Extraordinária, conforme o caso, o valor amortizado será deduzido do VNU (ou saldo de VNU) das Debêntures da 1ª Série, então em circulação, *pro rata* entre todas as Debêntures da 1ª Série, mantendo-se o cronograma de pagamentos indicado na tabela acima, até a Data de Vencimento da 1ª Série; e
- (ii) cada Amortização Extraordinária, conforme o caso, ocorrerá de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP para tal finalidade, observado ainda as disposições do item 4.9.2 abaixo.

4.8.2. O VNU das Debêntures da 2ª Série será amortizado integralmente, mediante um único pagamento de VNU, a ser realizado na Data de Vencimento da 2ª Série. Para os fins desta Escritura, fica estabelecido que não será permitida a realização pela Emissora de amortizações extraordinárias de VNU das Debêntures da 2ª Série.

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. A partir da Data de Emissão, cada Debênture:

- (i) da 1ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo VNU ou saldo do VNU e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "**Taxa DI**"), acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*", por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (a "**Remuneração da 1ª Série**"); e
- (ii) da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo VNU ou saldo do VNU e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 3,0% a.a. (três inteiros por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*", por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (a "**Remuneração da 2ª Série**" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a "**Remuneração**").

4.9.2. O calculo da Remuneração da 1ª Série e da Remuneração da 2ª Série será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“**J**” corresponde ao valor unitário dos juros devidos às Debêntures de cada Série no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), acrescido da sobretaxa ou *spread*, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamentos;

“**VNe**” corresponde ao VNU de emissão de cada Série ou saldo do VNU das Debêntures de cada Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“**FatorJuros**” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“**FatorDI**” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início da capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)] , \text{ onde:}$$

“**n_{DI}**” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo “**n_{DI}**” um número inteiro;

“**TDI_k**” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

“**k**” = 1, 2, ..., n;

“**DI_k**” corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“**d_k**” corresponde ao número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI-Over, sendo “**d_k**” um número inteiro;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

"spread" corresponde ao *spread*, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, equivalente: **(i)** a 3,0000 (três inteiros), informado com 4 (quatro) casas decimais para o cálculo da Remuneração da 1ª Série; e **(ii)** 3,0000 (três inteiros), informado com 4 (quatro) casas decimais para o cálculo da Remuneração da 2ª Série; e

"DP" corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo **"DP"** um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.3. A Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do VNU de cada Debênture de cada Série, desde a Data da Emissão – ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série ou Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso –, até a data do seu efetivo pagamento.

4.9.4. Define-se **"Período de Capitalização"** como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração da 1ª Série ou Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração da 1ª Série ou

- 17 -

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.

Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.5. O VNU de cada Debênture de cada Série não será atualizado.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração devida às Debêntures de ambas as Séries será feito desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento de cada Série mensalmente, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que: (i) o primeiro pagamento de Remuneração deverá ocorrer no dia 11 de junho de 2011; e (ii) cada pagamento de Remuneração subsequente deverá ocorrer no dia 11 de cada mês subsequente a junho de 2011, observadas ainda as disposições do item 4.10.2 abaixo.


4.10.2. Tendo em vista o disposto no item 4.8.1.1 acima no tocante a Amortizações Extraordinárias de Debêntures da 1ª Série, em razão de cada amortização de VNU lá estabelecido, o pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série relativo ao Período de Capitalização no qual ocorrer uma Amortização Extraordinária, será realizado da seguinte forma:

- (i) na data de amortização de VNU por conta de uma Amortização Extraordinária, a Emissora deverá também pagar aos Debenturistas da 1ª Série a Remuneração aplicável exclusivamente ao valor de tal amortização de VNU, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente exclusivamente sobre o valor de tal amortização de VNU, desde data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento da amortização de VNU estabelecida pelo item 4.8.1.1 acima, de acordo com a fórmula constante da Cláusula 4.9 acima; e
- (ii) o cálculo do pagamento mensal de Remuneração da 1ª Série para cada Período de Capitalização subsequente a uma Amortização Extraordinária, deverá desprezar o valor pago a título de Remuneração *pro rata temporis* indicado no item (i) acima e realizado por conta de cada Amortização Extraordinária.

4.10.3. Tendo em vista o disposto no item 4.13.1 abaixo no tocante a Resgate Antecipado de Debêntures da 1ª Série, em face do Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, o pagamento de Remuneração da 1ª Série então devida, será realizado na Data da Liquidação, conforme disposto no item 4.13.1(ii).

4.10.4. Fará jus à Remuneração o titular de cada Debênture: (i) que assim conste nos registros do Agente Escrirador; e/ou (ii) com custódia na CETIP, ficando ressalvado que em todos os casos terá direito ao recebimento o titular de Debêntures que ao final do dia útil imediatamente anterior à data de cada pagamento for titular das Debêntures, nos termos deste item 4.10.

4.10.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte do(s) Debenturista(s), quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.




- 4.10.6. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (o “**Período de Ausência da Taxa DI**”), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados: (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas (a “**AGD**”) de ambas as Séries, nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., para definir, de comum acordo com a Emissora – observada a regulamentação aplicável – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures. As AGDs serão realizadas no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.
- 4.10.7. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures entre a Emissora e o(s) Debenturista(s) de ambas as Séries, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures de todas as Séries então em circulação, com o respectivo e consequente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado a partir da data de realização das respectivas AGDs ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da Remuneração das Debêntures de cada Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.
- 4.10.8. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, ficando estabelecido que a CETIP será comunicada de cada tal resgate com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência, e será efetuado por meio do Agente Escriurador para cada Debenturista cuja(s) Debênture(s) não esteja(m) depositada(s) em custódia eletrônica no SND.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

- 4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do VNU de cada Debênture de todas as Séries em circulação, acrescido da Remuneração, devida desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:
- (i) inadimplemento, por parte da Companhia e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 1 (um) dia útil contado a partir da data do inadimplemento;
 - (ii) inadimplemento, por parte da Companhia e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;
 - (iii) (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de falência pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de



- recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
- (iv) transferência, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures de cada Série então em circulação, em AGD convocada para esse fim;
- (v) não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora ou de quaisquer de suas Afiliadas (conforme definido abaixo) e relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora na forma em que atualmente conduzidas, exceto se: (a) dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Emissora ou qualquer de suas Afiliadas comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença; ou (b) em 30 (trinta) dias úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Emissora ou por qualquer de suas Afiliadas novas autorizações ou licenças; ou (c) a Emissora ou qualquer de suas Afiliadas, dentro de 30 (trinta) dias úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;
- (vi) ocorrência de algum dos seguintes eventos, afetando negativamente a Fiança outorgada no âmbito da Emissão, a saber, morte, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, ou ainda qualquer dos eventos descritos no item 4.11(iii) acima de qualquer dos Garantidores, exceto se a Emissora e/ou os Garantidores reforçarem a Fiança perante o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência de qualquer tal evento. Para os fins deste item (vi), mediante a ocorrência de qualquer dos eventos acima, a Companhia e/ou os Garantidores deverão submeter à aprovação dos Debenturistas em AGD, proposta de aprovação, a critério dos Debenturistas, de novo garantidor para aderir a esta Escritura na qualidade de Garantidor;
- (vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, as "Afiliadas", observado o disposto no item 5.1 abaixo a esse respeito) ou dos Garantidores, cujo valor, unitário ou agregado, seja acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido (*cross-default*);
- (viii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas (observado o disposto no item 5.1 abaixo a esse respeito) ou os Garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data em que a Companhia tomar ciência da ocorrência de referido protesto;
- (ix) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Companhia ou contra qualquer de suas Afiliadas (observado o disposto no item 5.1 abaixo a esse



respeito), em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;

- (x) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (xi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures de ambas as Séries, reunidos em AGDs de Debenturistas de cada Série, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.A.;
- (xii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia e/ou de qualquer de suas Afiliadas em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), exceto: (a) se qualquer outra sociedade (quer seja uma Afiliada da Emissora ou não) envolvida em e/ou resultante de tal reestruturação societária aderir a esta Escritura na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) desde que sujeito à prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD;
- (xiii) alteração ou modificação do objeto social previsto no Estatuto Social da Companhia que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas à Data da Emissão;
- (xiv) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 3.5.1 desta Escritura de Emissão;
- (xv) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável: (a) sendo permitidos quaisquer tais pagamentos até 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, caso a Emissora esteja adimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão; ou (b) sendo proibidos quaisquer tais pagamentos, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão; e, em todo caso (c) ficando permitido à Emissora, a qualquer tempo durante o prazo de vigência das Debêntures, distribuir a seus acionistas quaisquer proventos e/ou recursos de que venha a dispor por conta de uma decisão inapelável favorável à Emissora no âmbito do processo de nº 1991.70.02.012239-0 perante a 1ª Vara Federal Cível da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, em face de Itaipu Binacional (“**Processo**”);
- (xvi) redução do capital social da Emissora, exceto se por ocasião de tal redução de capital social da Emissora os recursos e/ou ativos segregados do capital social da Emissora: (a) sejam vertidos para uma sociedade ou pessoa que adira a esta Escritura na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) sujeito à prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD;
- (xvii) se a Emissora ou quaisquer de suas Afiliadas realizarem, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos) com qualquer Parte Relacionada (conforme definido abaixo), direta ou indiretamente, a menos que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que

seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada. Para os fins desta Escritura de Emissão, "**Parte Relacionada**" significa a Emissora, os Garantidores ou quaisquer de suas Afiliadas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas;

- (xviii) se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, for constituída ou prestada qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("**Gravames**") sobre os bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão e sobre os quais não recaia na Data de Emissão quaisquer Gravames, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas já contratadas, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão. Adicionalmente, durante a vigência desta Escritura de Emissão será permitido à Emissora ou aos Garantidores instituir quaisquer Gravames que, cumulativamente: (a) tenham como finalidade exclusiva viabilizar a captação de recursos na forma de dívida, necessários para a aquisição ou construção, no curso normal dos negócios da Emissora; (b) os bens e/ou direitos objeto dos novos Gravames sejam aqueles cuja aquisição e/ou construção foi possibilitada e/ou realizada mediante captação de recursos na forma de dívida descrita no item "a" acima; e (c) desde que os novos Gravames limitem-se exclusivamente aos novos bens e/ou direitos referidos no item "b" acima e não envolvam quaisquer outros bens e/ou direitos da Emissora;
- (xix) se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias;
- (xx) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo), desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência ou verificação, e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora. Para os fins desta Escritura de Emissão, "**Mudança Adversa Relevante**" significa: (i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora e/ou de qualquer uma de suas Afiliadas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora, dos Garantidores e/ou de qualquer de suas Afiliadas, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes das Debêntures e dos Documentos das Garantias; e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;
- (xxi) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora cujo valor unitário seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

- (xxii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas;
- (xxiii) não manutenção, pela Companhia, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos a auditoria por uma das seguintes empresas de auditoria ("**Auditores Independentes**"):
KPMG Auditores Independentes, PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young ~~Terco~~ Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes;
- (xxiv) não observância pela Emissora, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros ("**Covenants Financeiros**"), calculados com base nas informações financeiras auditadas da Companhia ao final de cada trimestre, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Companhia ou do envio ao Agente Fiduciário dos relatórios gerenciais trimestrais, nos termos do item 5.1(c) abaixo), a saber:

- (a) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/EBITDA AJUSTADO** deverá, durante cada ano, ser menor ou igual a: (1) 3,1 (três inteiros e um décimo) para o primeiro trimestre; (2) 3,1 (três inteiros e um décimo) para o segundo trimestre;; (3) 3,0 (três inteiros) para o terceiro trimestre; e (4) 2,9 (dois inteiros e nove décimos) para o quarto trimestre;;
- (b) **EBITDA AJUSTADO/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá, durante cada ano, ser maior ou igual a: (1) 3,2 (três inteiros e dois décimos) para o primeiro trimestre; (2) 3,2 (três inteiros e dois décimos) para o segundo trimestre; (3) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) para o terceiro trimestre; e (4) 3,3 (três inteiros e três décimos) para o quarto trimestre; e
- (c) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/ATIVO IMOBILIZADO** deverá, durante cada ano, ser menor ou igual a 1 (um inteiro);

considerando, para a verificação dos *Covenants Financeiros* que:

- (1) **EBITDA AJUSTADO** deverá significar (1.1) o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 (doze) meses, excluídos os efeitos: (1.1.1) do imposto de renda e da contribuição social; (1.1.2) do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO; (1.1.3) da equivalência patrimonial; (1.1.4) das despesas de depreciação e amortização; e (1.1.5) de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado (1.2) à receita obtida com a venda da frota. Para os presentes fins, entende-se por "**frota**" quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da Emissora;
- (2) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA** deverá significar, com relação à Emissora e em relação a qualquer período, sem duplicidade, (2.1) a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; (2.1.2) todas as garantias diretas ou indiretas da Emissora com relação a

obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Emissora para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta da Emissora relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item (2.1.2.); (2.1.3) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.1.4) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; (2.1.5) todos os endividamentos da Emissora garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente à Emissora, independentemente de a Emissora de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; (2.1.6) outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (2.2) deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras da Emissora, com exceção de quaisquer garantias fidejussórias outorgadas e/ou contratadas pela Emissora no contexto do Processo, bem como quaisquer aplicações da Emissora vinculadas ao Processo, enquanto o Processo não encontrar julgamento/decisão da qual não caiba recurso. Para os presentes fins, os valores relativos ao processo indicado acima poderá ser considerada também para abatimento no cálculo da DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA da Emissora, desde que haja e quando houver a desvinculação de tais valores, caso tal venha a ocorrer em algum momento durante o prazo de vigência das Debêntures de qualquer Série;

- (3) **DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá significar: (i) as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de (ii) o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; e;
- (4) **ATIVO IMOBILIZADO** deverá significar as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da atividade da empresa (é composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros); e
- (5) **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** deverá significar a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos os juros

sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo; e

(xxv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens v, viii, ix, xii, xiii, xiv, xx e xxv da Cláusula 4.11.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures de ambas as Séries, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que os titulares das Debêntures de cada Série se reúnam em AGD com a finalidade de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série (a "**Deliberação**"), nos termos da Cláusula VII abaixo.

4.11.2.1. Nas AGDs mencionadas na Cláusula 4.11.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula VII desta Escritura, os Debenturistas de cada Série poderão optar, mediante deliberação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada Série então em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da respectiva Série.

4.11.2.2. Na hipótese (i) de não instalação de qualquer das AGDs mencionadas na Cláusula 4.11.2 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser exercida a faculdade prevista na Cláusula 4.11.2.1 acima (i.e., não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de uma dada Série), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures de tal Série.

4.11.3. Observada a Cláusula 6.6.1 abaixo, a ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens i, ii, iii, iv, vi, vii, x, xi, xv, xvi, xvii, xviii, xix, xxi, xxii, xxiii e xxiv da Cláusula 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures de ambas as Séries, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora. Na hipótese de Evento de Vencimento Antecipado automático, seus efeitos poderão ser suspensos somente mediante decisão de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures.

4.11.4. Para fins do item (iii) da Cláusula 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

4.11.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures de qualquer Série, nos termos da presente Cláusula 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (i) à Emissora, com cópia para CETIP, ficando estabelecido que a CETIP será comunicada de qualquer evento de vencimento antecipado com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência para a realização de qualquer pagamento ensejado por cada tal evento de vencimento antecipado; e (ii) ao Banco Mandatário.

4.11.6. Para as finalidades dos itens 4.11(v), (vii), (viii), (ix), (xii), (xvii) e (xx) acima, fica estabelecido que a Emissora deverá fornecer anualmente ao Agente Fiduciário, nos termos indicados no item 5.1(i)(a)(4): (i) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo controladas, controladoras e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior; e (ii) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer tais hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas com relação a suas Afiliadas. Nesse sentido, fica desde já expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário não realizará qualquer verificação independente a respeito da observância aos itens 4.11(v), (vii), (viii), (ix), (xii), (xvii) e (xx) acima no tocante às Afiliadas da Emissora.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures de qualquer Série, nos termos da Cláusula 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do VNU acrescido da Remuneração de tal Série ou Séries, calculada *pro rata temporis* desde a data de subscrição ou da data de pagamento da última Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures de tal Série ou Séries nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura, ficando ressalvada a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis para a comunicação à CETIP a respeito de qualquer evento de vencimento antecipado e a efetiva realização de qualquer pagamento, nos termos deste item 4.12.1.

4.13. RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.13.1. Sem prejuízo da hipótese prevista no item 4.10.7 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral da Emissora, realizar o resgate antecipado exclusivamente das Debêntures da 1ª Série – e, em todo caso, da totalidade das Debêntures da 1ª Série então em circulação –, relativo a todos os Debenturistas da 1ª Série, sem distinção (“**Resgate Antecipado**”), nos termos do artigo 55 da Lei das S.A. O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures da 1ª Série e ao Agente Fiduciário com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado (“**Data da Liquidação**”);
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas da 1ª Série no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor total do VNU, exclusivamente com relação às Debêntures da 1ª Série objeto de tal Resgate Antecipado – ou saldo do VNU, exclusivamente com relação às Debêntures da 1ª Série objeto de tal Resgate Antecipado –, acrescido da Remuneração da 1ª Série aplicável exclusivamente às Debêntures da 1ª Série então em circulação, calculada *pro rata temporis* até a Data da Liquidação (“**Saldo Devedor**”);

- (iii) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item 4.13.1, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

4.13.1.1. A comunicação de Resgate Antecipado prevista no item 4.13.1(i) acima deverá contemplar, com relação ao Resgate Antecipado a que se referir: (a) a data de tal Resgate Antecipado; (b) que o valor objeto de tal Resgate Antecipado corresponderá ao previsto no item 4.13.1(ii) acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização de tal Resgate Antecipado.

4.13.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

4.13.3. Exceto pela hipótese prevista no item 4.10.7 acima, as Debêntures da 2ª Série não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo.

4.13.4. A Companhia poderá, a qualquer tempo durante o prazo de vigência das Debêntures, adquirir Debêntures – observadas as disposições do artigo 13 da ICVM 476/09 e, ainda, do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das S.A. a esse respeito, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras –, podendo manter tais Debêntures em tesouraria ou negociar a respectiva alienação em mercado secundário.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da respectiva Série, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração da respectiva Série devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvado o período de cura de 1 (um) dia útil estabelecido no item 4.11(i) acima.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador, no mesmo dia do respectivo vencimento.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures de qualquer Série, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Valor Econômico, edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Agente Escriurador, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.7 acima, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Agente Escriurador, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém,

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

Handwritten signature and initials.

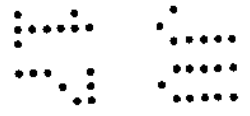
desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:




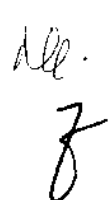
(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos Auditores Independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos Auditores Independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora; (4)(4.1) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo controladas, controladoras e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior; (4.2) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nos itens 4.11(v), (vii), (viii), (ix), (xii), (xvii) e (xx) acima com relação às suas Afiliadas; e (5) as demonstrações financeiras anuais da Novo Oriente;
- (b) (1) em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão, comprovação de que clientes cujos pagamentos à Emissora relativos à remuneração por serviços de transporte de carga e proveniente de contratos de locação de equipamentos, nos termos do item 4.5.1.1(ii)(a) e (b) sejam suficientes à observância do Crédito Mínimo à Conta Vinculada ("Clientes") foram notificados a respeito da obrigação assumida pela Emissora de receber a totalidade das receitas relativas a tais Clientes na Conta Vinculada até 31 de março do exercício subsequente, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária e no item 4.5.1.1.2 acima. Tal comprovação de notificação deverá ser feita por meio de envio ao Agente Fiduciário de relatório assinado pela Emissora contendo cópias das notificações enviadas aos Clientes e relatório indicando histórico de recebimentos dos Clientes no exercício de 2010; (2) em até 90 (noventa) dias contados do final de cada exercício social a partir de 2011 (inclusive), comprovação de que Clientes foram notificados a respeito da obrigação assumida pela Emissora de receber a totalidade das receitas relativas a tais Clientes na Conta Vinculada até 31 de março do exercício subsequente, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária e no item 4.5.1.1.2 acima. Tal comprovação de notificação deverá ser feita por meio de envio ao Agente Fiduciário de relatório assinado pela Emissora contendo cópias das notificações enviadas aos Clientes e relatório indicando histórico de recebimentos dos Clientes no exercício anterior; e (3) até o 5º (quinto) dia de cada mês durante a vigência desta Escritura, relatório assinado pela Emissora, declarando ao Agente Fiduciário que os recursos transitados na Conta Vinculada em tal mês são decorrentes de obrigações de Clientes da Emissora conforme o item 4.5.1.1(ii)(a) e (b), indicando o valor recebido de cada Cliente em tal mês;
- (c) (1) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada semestre de seu exercício social, a partir, inclusive, do primeiro semestre de 2012, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo semestre, acompanhadas



de parecer de Auditores Independentes; (2) (2.1) desde a Data de Emissão até o terceiro trimestre de 2011, cópias de relatórios gerenciais financeiros trimestrais de cada trimestre; (2.2) desde o primeiro trimestre de 2012 e durante a vigência desta Escritura, cópias de relatórios gerenciais financeiros trimestrais relativos ao primeiro e terceiro trimestre de cada ano; (3) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (4) cópia de qualquer comunicação feita pelos Auditores Independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;

- (d) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures de cada Série, nos limites desta Escritura;
 - (e) avisos aos titulares das Debêntures da respectiva Série e ao Agente Fiduciário, sobre fatos relevantes, bem como atas de assembléias gerais e reuniões do Conselho de Administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures da respectiva Série relacionados com a Companhia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados;
 - (f) informações sobre qualquer descumprimento de qualquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
 - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
 - (h) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
 - (i) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento;
 - (j) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante no momento em que tomar conhecimento de cada evento ou situação; e
 - (l) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures de cada Série, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou ao(s) Debenturista(s) da respectiva Série na forma exigida pela CVM;

- 30 -

- (iii) informar ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado, conforme indicado no item 4.11 acima;
- (iv) não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;
- (v) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (vi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (vii) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e o Agente Fiduciário;
- (viii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das S.A. e os princípios prescritos pela CVM (as "**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**");
- (ix) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame pelos Auditores Independentes;
- (x) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xi) conduzir todas as operações com Afiliadas e/ou partes relacionadas em valores de mercado e bases eqüitativas;
- (xii) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.4.1 desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos; e
- (xiii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, se limitando ao disposto na ICVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures de cada Série e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas de cada Série nos termos desta Escritura.

- 5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes: (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável; (b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora; (c) despesas de viagem, alimentação e transporte quando



necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures.





5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures de ambas as Séries, que não tenha sido pago na forma das Cláusulas 5.2 e item 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures de cada Série na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata a Cláusula 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures de cada Série.

5.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão de Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se, nos termos da ICVM 476/09, a:

- (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria pelos Auditores Independentes;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos Auditores Independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados a partir do encerramento de cada exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a "ICVM 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

  - 32 -  

- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- 5.4. Adicionalmente, nos termos do artigo 9º da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.
- 6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:
- (I) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
 - (i) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicável vigente;
 - (iii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
 - (iv) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
 - (v) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - (vi) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("ICVM 28/83") para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
 - (vii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da ICVM 28/83;
 - (viii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
 - (ix) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes

legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições de seu Estatuto Social;

- (x) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- (xii) está ciente das disposições da regulamentação aplicável emanada pelo Banco Central do Brasil e da CVM, em especial da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelos Garantidores, conforme o caso, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ou dos Garantidores ora prestadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (xiv) verificou, na Data de Emissão das Debêntures, a regularidade da constituição da Garantias (compreendendo a Fiança e a garantia real) e observará a manutenção de sua existência, validade e exequibilidade, nos termos dos Documentos das Garantias. Adicionalmente, o Agente Fiduciário declara que as garantias reais representadas pelo CDB Cedido Fiduciariamente e pela cessão fiduciária de direitos creditórios da Conta Vinculada não garantem 100% (cem por cento) das obrigações decorrentes da presente Emissão, bem como declara que não foi possível verificar a suficiência da Fiança prestada pelos Garantidores, tendo em vista que não lhe foram disponibilizados os documentos necessários para tal verificação;
- (xv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas; e
- (xvi) conforme disposto no item 4.11.6, informa que a verificação do cumprimento das obrigações das Afiliadas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das Afiliadas.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento de cada Série ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura correspondente a uma remuneração anual de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais de remuneração do Agente Fiduciário até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures de ambas as Séries em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata*

temporis pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.


- 6.4.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 6.4.3. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente à remuneração anual acima indicada, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (i) excussão das Garantias; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração: (i) das Garantias; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
- 6.4.4. No caso de celebração de Aditamentos à Escritura de Emissão e aos Documentos das Garantias da Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.
- 6.4.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.4 acima e seguintes será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM/FGV - Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.
- 6.4.6. As parcelas de remuneração citadas na cláusula 6.4 acima e seguintes serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IR (Imposto de Renda), e/ou quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.4.7. As remunerações do Agente Fiduciário indicadas nos itens precedentes não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos interesses dos Debenturistas da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.9. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
- (iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo certo que a verificação se deu por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelos Garantidores, conforme o caso;
- (v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCEPAR e/ou nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e do Rio de Janeiro, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e



Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;






- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, as AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatório destinado aos Debenturistas de ambas as Séries, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, Alínea "b", da Lei das S.A., relativo aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A.:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração e outros pagamentos, bem como aquisições e vendas de Debêntures de cada Série efetuados no período;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário

ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; e (d) nas dependências dos Coordenadores, conforme indicado pelos Coordenadores;

- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus respectivos endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador e/ou à CETIP;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar os titulares das Debêntures – se possível individualmente – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável;
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures de cada Série;
- (xviii) acompanhar e verificar a apuração dos índices e/ou limites – quer sejam financeiros, quer de outra natureza, conforme o caso –, na periodicidade prevista e conforme previsto nesta Escritura, com base nas informações fornecidas pela Emissora, nos termos da Cláusula V acima;
- (xix) verificar a regularidade da constituição das Garantia (real fidejussória) referida no item 4.5 acima, mediante verificação do registro dos Documentos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos identificados nos Documentos de Garantia; (ii) a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites previstos nos Documentos de Garantia; e
- (xx) intimar a Companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

6.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas de ambas as Séries na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de ambas as Séries e cobrar o respectivo VNU e/ou saldo do VNU, Remuneração e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;

 
 - 38 - 


- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos de Debenturistas de ambas as Séries;
e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (ii) e (iii) acima se, convocada qualquer AGD de ambas as Séries, tal AGD da respectiva Série assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de Debêntures de tal Série então em circulação, bastando, porém: (a) a deliberação por titulares de Debêntures de cada Série que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de tal Série em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (i) acima; e (b) a deliberação por titulares de Debêntures de cada Série que representem a maioria das Debêntures de tal Série então em circulação presentes à respectiva AGD, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (iv) acima.




6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento de cada Série, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD de cada Série de Debêntures, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, por titulares de Debêntures de cada Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures de tal Série então em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.

6.8.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGDs especialmente convocadas para tal fim, nos termos desta Escritura.

6.8.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente

  - 39 - 

fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelas AGDs de Debenturistas de ambas as Séries.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9 da ICYM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCEPAR.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento de ambas as Séries, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas de cada uma das Séries poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão e/ou às Debêntures da sua respectiva Série mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do artigo 71 da Lei das S.A.

7.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas da respectiva Série, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", a ser enviado a cada Debenturista da respectiva Série, conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.

7.2. Cada AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de Debêntures de cada Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da respectiva Série, conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

7.2.1. A convocação para cada AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista da respectiva Série que for designado pelos demais Debenturistas da mesma Série presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação, podendo ser realizada por ocasião da primeira convocação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD à qual comparecerem a totalidade dos titulares das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das S.A., a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação da respectiva Série e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas de tal Série.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura ou na legislação aplicável, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação da respectiva Série, sendo admitida a constituição de mandatários dos titulares de Debêntures, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6 acima, qualquer alteração: (i) no Prazo de Vigência das Debêntures de cada Série; (ii) na data de pagamento do VNU e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) à Cláusula 4.11 acima; e (vi) das Garantias concedidas, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures de cada Série que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.2.2 desta Escritura, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, no que diz respeito à definição da taxa/índice de referência substitutivo de que trata o item 4.10.4 desta Escritura, dependerá da aprovação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, de titulares de Debêntures de cada Série que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures quaisquer Debêntures detidas pela Emissora e mantidas em tesouraria, ou por suas respectivas Afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais e/ou procuradores da Emissora nas AGDs.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. Cada qual entre a Emissora e os Garantidores declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Colocação e a cumprir suas obrigações aqui e lá previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) esta Escritura de Emissão, os Documentos das Garantias e as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Garantidores, a fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração desta Escritura, a formalização do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Colocação, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas na Cláusula 4.5 acima;
- (vi) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;
- (vii) exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora e suas Afiliadas não possuem quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;
- (viii) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;

- (ix) inexistência: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante;
- (x) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula III acima;
- (xi) as informações fornecidas pela Emissora e pelos Garantidores aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (xii) não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- (xiii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xiv) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) estão familiarizados com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (xvi) os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- (xvii) são pessoas sofisticadas e têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- (xviii) as obrigações de pagamento da Emissora e dos Garantidores nos termos da Escritura de Emissão não são subordinadas a quaisquer outros créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora e os Garantidores e, exceto pela prioridade ou titularidade conferida aos Debenturistas sobre as Garantias, serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos quirografários detidos contra a Emissora e os Garantidores (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e dos Garantidores);
- (xix) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo

contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não cause ou possa causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado; e

- (xx) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e desde a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

8.2. Cada qual entre os Garantidores ainda declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) está ciente e aceita todos os termos e condições constantes da presente Escritura e dos demais Documentos das Garantias;
- (ii) não se encontra em situação de insolvência e não se encontrará em situação de insolvência em razão da formalização da presente Escritura; e
- (iii) firma a presente Escritura e outorga a garantia fidejussória (fiança) de que trata a Cláusula 4.5 acima, nos termos das disposições legais aplicáveis e/ou em conformidade com seus atos constitutivos.

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) se para a Emissora:

OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC,
CEP 81.350-000, Curitiba – PR

Tel.: (41)3239.7052

Fax: (41) 3239 7077

At: Eduardo Takahara

Karlís J. Krukliś





Email: eduardo.takahara@ouroverdetl.com.br

karlis@ouroverdetl.com.br

- (ii) se para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca
CEP 22640-100, Rio de Janeiro - RJ



- 44 -



Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
At: Gustavo Dezouart
Maria Carolina Vieira Abrantes
Email: gustavo@oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br

(iii) se para o Banco Mandatário/Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
CEP 06029-900, Osasco – SP

Tel.: (11) 3864 7911
Fax: (11) 3684 2852
At: João Batista de Souza
Fabio da Cruz Tomo
Email: 4010.jbsouza@bradesco.com.br
4010.custodiartf@bradesco.com.br
4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) se para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo – SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários
ou

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

CEP 20031-170, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

(v) se para os Garantidores:

CELSO ANTONIO FRARE // NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

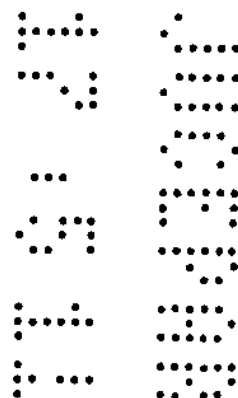
Rua João Bettge, nº 5.700, CIC,

CEP 81.350-000, Curitiba – PR

Tel.: (41) 3239 7008

Fax: (41) 3239 7077

At: Celso Antonio Frare
Karlis Jonatan Kruklis
Eduardo Hidemi Takahara



ef.
- 45 -

Alc. f

Email: eduardo.takahara@ouroverdetl.com.br
karlis@ouroverdetl.com.br
celso@ouroverdetl.com.br

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora, os Garantidores e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2 Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3 Renúncia: o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.3.1 A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.



- 46 -



10.4 Irrevogabilidade: a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e os Garantidores por si e seus sucessores a qualquer título.

10.5. Acordo Integral: esta Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou lá contidos. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e quaisquer dos Debenturistas, o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.

10.6 Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pelo Código de Processo Civil e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 et seq. do Código de Processo Civil.






10.7. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes e os intervenientes anuentes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA XI FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.

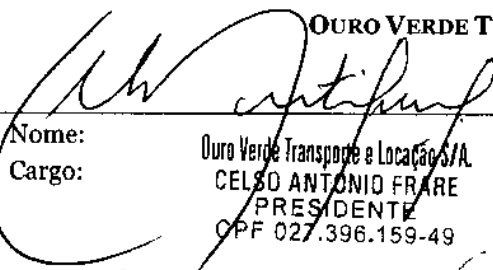
E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes e as intervenientes anuentes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 10 de maio de 2011

 
  
- 47 -

Página de assinaturas da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição com Esforços Restritos da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., firmada em 10 de maio de 2011.

OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.

Nome: 
Cargo: Ouro Verde Transporte e Locação S/A
CELSON ANTONIO FRARE
PRESIDENTE
CPF 027.396.159-49

Nome: 
Cargo: Ouro Verde Transporte e Locação S/A
Karlís Jonatan Krukalis
Diretor Superintendente

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: 
Cargo: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
PROCURADORA

Nome: 
Cargo: GUSTAVO DE SOUZA TEIXEIRA PINTO
PROCURADOR

CELSON ANTONIO FRARE

(GARANTIDOR)

LIA NARA QUEIROZ FRARE

(CÔNJUGE ANUENTE)

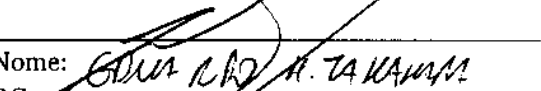
NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

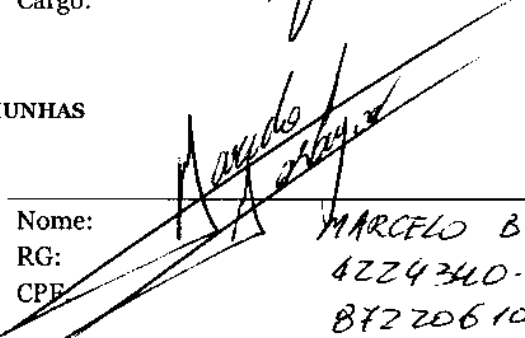
(GARANTIDOR)

Nome: 
Cargo:

Nome: 
Cargo:

TESTEMUNHAS

Nome: 
RG: 5.762.345-4
CPF: 016.416.749-89

Nome: 
RG: 4224340-0 PA
CPF: 872206109-63



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/05/2011
SOB NÚMERO: ED000680000
Protocolo: 11/113005-0, DE 11/05/2011
Empresa: 41 3 0007842 4
OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S/A

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

